

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

José Cruz/Agência Brasil



Governo reclama de caráter errático de Motta

A volta de Hugo Motta e seus dois maridos

O governo tentará adiar ao máximo o início da discussão do Projeto de Lei Antifacção. Havia uma possibilidade de votação já na quarta-feira (12). O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), chega nesta terça-feira (11) a Brasília com a missão de conseguir evitar. O governo foi surpreendido com a forma como o presidente da Câmara, Hugo Motta (Re-

publicanos-PB), escolheu para relatar o projeto o deputado Guilherme Derrite (PP-SP). Derrite era o secretário de Segurança Pública de São Paulo, e foi exonerado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para relatar o projeto. Pelas informações do governo, Derrite começou a preparar seu relatório ainda em São Paulo, com o auxílio de Tarcísio e sua equipe.

Guerra política

É mais um capítulo da guerra política em torno da segurança pública. Como já contamos por aqui, parte da oposição ao governo Lula avalia que o combate ao crime será o ponto de inflexão para que se ganhe musculatura para enfrentar o atual presidente em 2026.

Sem Bolsonaro

É o plano para a construção de um discurso à margem do ex-presidente Jair Bolsonaro que, com a prisão iminente, sairia do front. Por esse caminho, os governadores apresentariam suas soluções para combater a criminalidade, colando no governo uma imagem de inação.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Governo teme relatório de Derrite

Ao escolher Derrite, Motta cedeu à pressão

Ao escolher Guilherme Derrite para a relatoria, Hugo Motta cedeu à pressão de Tarcísio e de quem se alinha a esse plano, avaliam os governistas. Mais um sinal, consideram, do caráter escorregadio de Motta, que ora acende uma vela para o governo, ora para a oposição. Para se eleger presidente da Câmara, Motta

fez acordos com os dois grupos que polarizam a disputa política. O que se comprometeu com um e com o outro não se sabe ao certo. Por causa disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já chegou a reclamar que o presidente da Câmara, com seus dois maridos, surpreende e não cumpre seus acordos.

Terrorismo

O maior temor do governo relaciona-se à possibilidade de o projeto vir a enquadrar o tráfico de drogas como “narcoterrorismo”. No caso, o temor é a abertura de uma brecha para uma eventual intervenção dos Estados Unidos no combate ao crime em território brasileiro.

FBI e PF

Desde então, acordos de cooperação entre a Polícia Federal e o FBI foram assinados. E ambas as polícias atuam com certa independência das orientações dos governos. Há um temor de descontrole das ações com a equiparação de traficantes a terroristas.

Torres Gêmeas

Depois do atentado às Torres Gêmeas em Nova York em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos intensificaram o que batizaram de “Guerra ao Terror”, um caminho que autoriza o país a intervir quando sente que a sua segurança interna está ameaçada.

Estados

Mas, numa linha oposta, há também o temor de enfraquecimento da Polícia Federal. Porque Derrite poderia estabelecer em seu relatório que uma ação conjunta da PF com as polícias civil só poderia acontecer a pedido dos governadores. O governo quer mais tempo.

Fundo ainda é maior entrave no início da COP 30

Lula critica investimento financeiro superior para guerras

Por Gabriela Gallo

Após a Cúpula de Líderes, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) foi oficialmente iniciada nesta segunda-feira (10), em Belém (PA). E com o início do maior evento global ambiental, o Brasil terá o desafio de implementar e vencer as resistências de países que ainda se manifestam contrários ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, sigla em inglês para o evento).

Países como Alemanha, Reino Unido, Espanha e Estados Unidos (EUA) apontam desconfiança de que a proposta brasileira resulte em riscos financeiros.

Durante evento da COP nesta segunda-feira, a China voltou a defender que países desenvolvidos arquem com os maiores valores para o fundo.

O país se manifestou politicamente favorável ao Brasil, porém, até o momento, evitou se comprometer financeiramente com o fundo. As informações são da Folha de São Paulo.

O fundo

O fundo foi anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na última semana. A medida cria um financiamento climático conjunto que, na prática, servirá como um incentivo financeiro para países que preservarem suas florestas tropicais, tornando a conservação economicamente mais vantajosa do que a devastação ambiental. O governo brasileiro prevê inicialmente alcançar US\$ 25 bilhões com as adesões dos paí-



Bruno Peres/Agência Brasil

Lula criticou investimento maior em guerra que em meio ambiente

ses e chegar a US\$ 125 bilhões com o capital privado.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a captação de recursos será feita a juros reduzidos como um ativo de baixo risco.

Esses recursos serão reinvestidos em projetos com maior taxa de retorno, gerando lucro. A diferença será repassada aos países com florestas tropicais, proporcionalmente à área preservada. O dinheiro que foi emprestado será devolvido aos investidores com lucro.

Em seu discurso na abertura da COP 30, nesta segunda-feira (10), Lula detalhou os planos do Fundo de Florestas Tropicais, elaborado na Cúpula de Belém pelo Clima na última semana. “Lançamos o Fundo de Florestas Tropicais para

Sempre, um mecanismo inovador que angariou, num só dia, US\$ 5,5 bilhões em anúncios de investimento. Adotamos compromissos coletivos sobre: o manejo integrado do fogo; o direito à posse da terra por povos indígenas e tradicionais; a quadruplicação da produção de combustíveis sustentáveis; a criação de uma coalizão sobre mercados de carbono; o alinhamento da ação climática ao combate à fome e à pobreza; e a luta contra o racismo ambiental”, detalhou o presidente brasileiro.

Até o momento, países que se manifestaram para contribuir com o Fundo Florestas Tropicais, além do Brasil que investiu US\$ 1 bilhão, são Portugal, Noruega, França e Indonésia. Em entrevista à CNN

Brasil, o ministro da Fazenda Fernando Haddad disse que a pasta estima que o TFFF arrecade mais de US\$ 10 bilhões. Atualmente, o fundo conta com o aporte de US\$ 5,6 bilhões.

Desigualdades

Na abertura da COP 30, o presidente Lula criticou o maior investimento com guerras e conflitos armados entre países do que no combate ao aquecimento global.

“Se os homens que fazem guerra estivessem nesta COP, eles iriam perceber que é muito mais barato colocar US\$ 1,3 trilhão para acabar com um problema do que colocar US\$ 2,7 trilhões para fazer guerra como fizeram ano passado”, criticou.

Brasil faz acordo para evitar que conferência trave na largada

Bruno Peres/Agência Brasil



Acerto de Corrêa do Lago permitiu o início da COP

Após impasses terem atrasado o início das negociações nas reuniões climáticas de junho, na Alemanha, a presidência brasileira fechou um acordo ainda na noite de domingo (9) para aprovar a agenda da COP30, a conferência sobre mudança climática das Nações Unidas.

O combinado foi oficializado sob aplausos do plenário pelo presidente do evento, o diplomata André Corrêa do Lago, nesta segunda-feira (10), primeiro dia de discussões.

A agenda define o que será negociado nas duas semanas da cúpula, o que é o primeiro passo para o início das discussões pelos diplomatas.

Pauta prévia

Cada COP tem uma pauta prévia, mas, antes de começar, os países fazem pleitos de novos itens a serem incluídos.

Segundo interlocutores, o arranjo feito pela presidência brasileira vai permitir que os itens mais polêmicos continuem a ser debatidos paralelamente até quarta-feira (12). A lista inclui temas como financiamento, metas climáticas nacionais e medidas de restrição de comércio unilaterais.

Dessa forma, a presidência conseguiu fechar um consenso entre todos sobre qual a agenda de itens que serão negociados na conferência.

Primeiro embate

Essa agenda costuma ser o primeiro embate das COPs. Muitos países fazem exigências

de inclusão de itens para serem formalmente negociados no evento.

Como tudo das COPs precisa ser aprovado por consenso, enquanto todos não concordam com a pauta, as discussões não podem começar formalmente. Foi o que aconteceu na cúpula preparatória da Alemanha, que demorou dias para iniciar seu debate de fato.

Ao fazer este acordo, o Brasil evita que isso se repita em Belém, o que era uma das prioridades da delegação para garantir o avanço nas negociações.

O argumento brasileiro é de que, ao não debater a inclusão destes tópicos na agenda, é possível iniciar logo as discussões dos itens que estão nela.

Ao mesmo tempo, ao trazer para a consulta, também há espaço para que esses tópicos não sejam simplesmente deixados de lado, mas pelo contrário, tenham encaminhamentos concretos.

Pelo acordo, a presidência da COP30 vai realizar consultas aos participantes nos próximos dias e, na quarta, prevê divulgar um relatório do que foi debatido nessas reuniões paralelas.

Esses itens podem ser incorporados em pontos que já foram aprovadas na agenda ou podem ser descartados.

O mais provável, segundo um negociador, é que a COP30 proponha decisões sobre eles, por exemplo documentos que tratem desses assuntos, ressal-

tem sua importância e tragam mensagens acerca do que deveria ser feito para tentar resolver os problemas.

A diferença é que esse processo, ainda que precise ser acordado com os países, não traz a definição de novas metas para cada um dos tópicos.

Financiamento

Isso é relevante sobretudo para o item de financiamento climático, que nos últimos anos foi o principal entrave para as negociações, sobretudo diante da resistência de países ricos em atender demandas daqueles em desenvolvimento.

Enquanto os países menores exigem um compromisso maior para mobilização de recursos, os desenvolvidos não aceitam aumentar a atual meta, que é de US\$ 300 bilhões anuais e é considerada baixa por ambientalistas.

Outro tópico que será alvo de consultas da presidência são as NDCs, as metas para redução de emissões de CO2 a que cada país se compromete.

Neste ano, por exemplo, mais de cem países não entregaram a nova versão deste documento dentro do prazo, o que fez com que o principal relatório da ONU ficasse sem informações suficientes para chegar a uma conclusão sólida sobre a velocidade do aquecimento global atualmente. A discussão deste tema na agenda formal de negociações é uma demanda de países em desenvolvimento.

Jéssica Maes e João Gabriel (Folhapress)